

## Abertura pelo Moderador

Tenente-general  
João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldès



Num Mundo dominado pela urgência, a complexa dinâmica da malha formada pelos múltiplos arcos de relacionamento que vão surgindo no interior do sistema de relações internacionais reforça, significativamente, a incerteza. Acresce uma sensível alteração, quer na natureza e número dos actores que nele interagem quer na lógica da sua hierarquização.

À estabilidade dos sistemas bipolar e bipolar flexível, prolongada por um breve período de unipolaridade, sucedeu uma instabilidade globalizada ausente dos mecanismos reguladores clássicos.

A hierarquização dos actores não pôde continuar a basear-se, apenas, na integração dos factores tradicionais do poder, resvalando para uma articulação de capacidades multiforme e difusa que reforça a entropia do sistema.

Numa tentativa de ordenar os actores mais significativos, a sua classificação poderá ser encarada segundo perspectivas que, embora conduzindo a resultados não necessariamente coincidentes, resultem em valorações de natureza estratégica e de natureza geopolítica.

Na perspectiva estratégica, é admissível um escalão superior que engloba potências de 1ª ordem, onde os EUA avultam como potência dominante, seguidos da Rússia e da China; num segundo escalão, como potências de 2ª ordem, as restantes com poder nuclear, projectável por vectores transportadores intercontinentais, seguidas de potências emergentes em regiões sensíveis do Globo.

Na perspectiva geopolítica, onde avultam com particular significado, para além dos recursos das respectivas bases de poder, os factores geohistóricos e geoeconómicos, admite-se que, no patamar mais elevado, os EUA surjam isolados como potência com capacidade global e, num segundo patamar, actores como a União Europeia, o Reino Unido, a Índia, a China, a Rússia e o Japão, seguidos de países emergentes detentores de recursos estratégicos e politicamente estáveis.

O clima de competição não espartilhado que caracteriza o relacionamento destes actores imprime um elevado conteúdo de risco implícito nas linhas de fractura provocadas pelo choque dos fluxos de poder que sustentam a defesa dos seus interesses vitais. Este risco, associado à urgência resultante da muito intensa aceleração da mudança, tipifica um muito hostil e volátil ambiente estratégico onde predominam os efeitos nocivos da imprevisibilidade, da aleatoriedade e das assimetrias na natureza e intensidade dos conflitos e das ameaças. A tipologia deste ambiente põe em realce a componente irracional da violência (de que são exemplos típicos, entre outros, os fanatismos religiosos e políticos e, também, as consequências negativas do globalismo, como sejam as desigualdades acrescidas, as crises financeiras sem defesa, o terrorismo associado ao crime organizado, as migrações e as pandemias) e a imprescindibilidade de critérios contingenciais na acção estratégica para precaver a incerteza.

Este, o ambiente estratégico de um sistema tendencialmente policêntrico, a um tempo condicionador e resultante, onde interagem os actores de primeira grandeza nele dominantes e que consideramos serem os EUA, a China e a Rússia.

Para compreender a estratégia dos EUA é imprescindível objectivarmo-nos no pulsar de uma potência marítima dominante que ocupa uma posição central em relação aos dois maiores Oceanos.

Longe vai o tempo em que, após a dissolução do pacto de Varsóvia, em 1991, Brezinsky, no seu livro “O Grande Tabuleiro de Xadrez. Primazia Norte Americana e os seus Imperativos Geoestratégicos”, publicado em 1997, sublinhava que “a derrota e o colapso da União Soviética foi o passo final para a rápida ascensão de uma potência no Hemisfério Ocidental, os EUA, como única e, de facto, a primeira verdadeiramente global”. Contrapunha, assim, no tabuleiro internacional, o predomínio unipolar dos EUA, na “Ilha Americana”, no Hemisfério Ocidental, à hegemonia histórica da Eurásia, a “Ilha Mundial” no Hemisfério Oriental.

Não admira, pois, que, a partir de 2010, Washington rebalanceasse o seu esforço estratégico numa procura de, sem descuar o Atlântico, o espaço europeu e o africano, balizar as manifestações da emergência da China, de modo a manter a liberdade de acção no Pacífico Oriental, onde a aliança com o Japão é crítica para a prossecução dos interesses vitais norte americanos. É interessante verificar a linha de continuidade da acção estratégica conduzida pelos EUA. Duas notas sublinham esta constante: na transição do Século XIX para o Século XX, o Almirante americano Mahan, teorizador do poder marítimo, já tinha previsto que os EUA, a Inglaterra, a Alemanha e o Japão encontrariam um dia uma causa comum para conter a Rússia e controlar a China e, mais tarde, em 1942, o Professor de Yale Spykman, na sua obra “A Estratégia da América na política Mundial. Os Estados Unidos e o Equilíbrio do Poder” conceitua como ameaça para o seu País qualquer outra região política, próxima ou remota, com acesso ao mar que se tenha tornado demasiadamente poderosa o que, implicitamente, corresponde à consideração de que o acesso ao mar de um opositor é condição de formação da ameaça.

“We will do all of this and more with confidence that the international system whose

creation we led in the aftermath of World War II will continue to serve America and the world well”.

Esta afirmação, retirada das conclusões da National Security Strategy (NSS), de Fevereiro de 2015, espelha bem que, hoje como no passado, a intenção de liderança dos EUA “... *aims to advance our interests and values with initiative and from a position of strength*”, ou seja, que se assumem na plenitude do seu poder para, como actor dominante no sistema estratégico internacional, impor a prossecução dos seus interesses vitais que, em síntese, são:

- a segurança do País, dos seus cidadãos e dos aliados e parceiros;
- um forte e inovador crescimento da sua economia num sistema internacional aberto que promova prosperidade e vantajosas oportunidades;
- o respeito pelos valores universais nos planos interno e externo;
- uma ordem internacional favorável, fundamentada em normas postas em prática pela sua liderança, que promova a paz, a segurança e gere oportunidades, através de uma forte cooperação capaz de enfrentar os desafios globais.

Com relativa independência da administração em exercício, depreende-se daqui ser espectável uma conduta política servida por uma estratégia que emprega todos os instrumentos do poder nacional de modo a, numa permanente adequação às circunstâncias, otimizar o balanceamento entre a diplomacia e a força, com vista a assegurar o fim último que é a conservação da vantagem estratégica, garante da liberdade de acção, de que actualmente dispõem. Na materialização desta política de afirmação de uma até agora incontestada superioridade estratégica, tem sido decisiva a política de Alianças e a expressão global do seu poder militar, bem expressa na amplitude e composição, com forças de terra, mar e ar, dos Comandos Estratégicos Conjuntos, cuja repartição do trabalho estratégico espelha a cobertura do Mundo como um todo.

A natureza dos prazos conduzirá, naturalmente, a que a equação estratégica dos EUA tenha que entrar em consideração com:

- a gestão das oportunidades e dos riscos imposta pela intensificação, variabilidade e proliferação das dinâmicas do poder onde é muito sensível a intervenção de actores para além do estado-nação, facto veio aumentar a complexidade da gestão das crises;
- o aumento imprevisível das interdependências decorrente da globalização da economia com reflexos sensíveis na segurança de vastas regiões de que a Europa é um exemplo;
- a rápida mudança provocada pela evolução tecnológica, designadamente nas áreas da telemática, da robótica e dos vectores NBQR com repercussões no peso relativo da ciberguerra e do terrorismo;
- a especificidade da luta pelo poder, actual e subjacente, em estados do Norte de África

e do Médio Oriente com impacto directo nos equilíbrios regionais e global e na ameaça indirecta das migrações;

- as profundas alterações em curso no mercado global da energia, onde, por um lado, os EUA se afirmam como os maiores produtores de gás natural e de petróleo e, por outro lado, o acréscimo de problemas de segurança energética, onde avulta a drástica dependência na maior parte da Europa da política energética da Rússia, questões que, para além da queda dos preços dos produtos petrolíferos, poderá conduzir a uma corrida competitiva pelo abastecimento e distribuição para a Europa e para a Ásia.

Em síntese, tudo aponta para que os EUA procurem manter a vantagem estratégica que hoje detêm, alicerçados, especialmente, na superioridade militar, na inovação tecnológica de largo espectro, na auto-suficiência energética e na capacidade de adaptação do seu posicionamento face ao Mundo em constante mudança, com particular atenção à segurança do Continente norte-americano (que inclui uma íntima cooperação com a Europa do Ocidente), à liberdade de acção na região da Ásia-Pacífico e ao controlo dos espaços críticos da Arábia, Mar Vermelho e Golfo Pérsico.